



# Experiência de Estágio Obrigatório em Serviço Social: a efetivação da tríade e da pesquisa na formação profissional

Experience of Obligatory Internship on Social Service: the effectiveness of triad and research in  
professional education

MAIZ RAMOS JUNQUEIRA\*

TATIANA REIDEL\*\*

FERNANDA LANZARINI DA CUNHA\*\*\*



**RESUMO** – A experiência de estágio obrigatório relatada no presente artigo foi desenvolvida através da articulação entre o Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Serviço Social do Fórum da Comarca de Guaíba/RS. O campo de estágio situa-se na área sociojurídica, tendo como especificidade a atuação profissional no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Em tempos em que é árdua a luta para que a educação não se limite a simples mercadoria, realizar reflexões sobre o estágio curricular obrigatório em Serviço Social e suas múltiplas implicações na formação do estagiário envolvido, supervisor acadêmico e supervisor de campo é reforçar a importância da garantia de uma formação de qualidade que ultrapasse os ditames do mercado e contribua para consolidar o projeto ético-político profissional.

**Palavras-chave** – Formação profissional. Estágio em Serviço Social. Tríade. Prestação de serviços à comunidade.

**ABSTRACT** – The experience of obligatory internship reported in this article took place thanks to the articulation between the Social Service Course of the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) and the Social Service of the Court from the Judicial District of Guaíba-RS. Such internship field belongs to the social and legal domain and its specificity concerns the professional activity within the Justice Court of Rio Grande do Sul. In times when it is hard to struggle for an education program that is not restricted to ordinary merchandise, to make reflections about the obligatory curricular internship on Social Service and its multiple implications in the education of the involved intern, academic supervisor and field supervisor, means reinforcing the importance of guaranteeing education of quality that overpasses the market dictates and contributes to consolidate the professional ethical and political project.

**Keywords** – Professional education. Internship on Social Service. Triad. Rendering services to the community.

---

\* Doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Assistente Social no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), lotada na Comarca de Guaíba, Guaíba – RS, Brasil. E-mail: [maiz@tj.rs.gov.br](mailto:maiz@tj.rs.gov.br)

\*\* Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora Adjunta II da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre – RS, Brasil. E-mail: [tatynhar@terra.com.br](mailto:tatynhar@terra.com.br)

\*\*\* Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre – RS, Brasil. E-mail: [fer.lanza@bol.com.br](mailto:fer.lanza@bol.com.br)

Submetido em: outubro/2014. Aprovado em: novembro/2014.

**N**este artigo, apresentam-se os desafios e conquistas vivenciados no processo de formação e do trabalho profissional no desenvolvimento do estágio obrigatório do Curso de Serviço Social da UFRGS. O estágio foi desenvolvido na Vara de Execuções Criminais da Comarca de Guaíba/RS, durante três semestres da graduação, entre os anos 2012 e 2013.

O texto é resultado do processo pedagógico de construção da tríade na supervisão do estágio, que reuniu aluna, supervisora acadêmica e supervisora de campo. Tal interlocução ocorreu mediante entendimento da corresponsabilidade desses sujeitos na formação profissional e da experiência de estágio como possibilidade de constituição de um espaço de pensamento crítico, de intervenção, de investigação e de produção de conhecimento.

O objetivo do artigo é compartilhar a desafiadora e enriquecedora experiência vivenciada na execução da prestação de serviços à comunidade na Comarca de Guaíba/RS, na qual a efetivação da tríade e da prática investigativa configuraram elementos essenciais no processo de formação profissional. Assim, busca-se atingir o objetivo essencial da universidade – qualidade da formação, produção e divulgação do conhecimento –, beneficiando-se os usuários do Serviço Social mediante o aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido pela profissão nesse campo.

## **Breve contextualização da educação superior no Brasil e seus rebatimentos na formação em Serviço Social**

A crise do capital que se agudizou na década de 1970, com repercussão mundial; agravando as desigualdades sociais, desencadeou a necessidade de expansão do capital, incluindo o rentável campo do ensino superior. A partir da década de 1980, a orientação política, sob a inspiração neoliberal, começou a ser implementada no Brasil, impulsionada por organismos internacionais – Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial (LIMA, 2007). Nesse período, as políticas sociais sofreram grandes impactos ao perderem, progressivamente, seu caráter de direito, transformando-se em serviços para o mercado. O mercado, por sua vez, expandia-se cada vez mais pela alta possibilidade de lucratividade, o que evidenciou a desregulamentação de direitos, transformando também a educação em mercadoria.

A década de 1990 definiu estruturalmente esse ciclo do Estado como financiador do capital, no qual não havia uma reforma estrutural de bases, mas apenas eram implementadas políticas focais. Isso se confirmará, a seguir, com os dados históricos desse período na particularidade da política educacional.

Uma breve análise sobre o sistema de educação brasileiro nessas últimas décadas permite observar o processo de reestruturação do capital, quando ocorreu um conjunto de reformas em todos os níveis da educação, principalmente na educação superior e no ensino em Serviço Social, como evidenciam alguns pesquisadores da área (MACIEL, 2006; LIMA, 2007; DAHMER, 2008).

O Ensino Superior inserido na nova realidade, como todos os demais campos das políticas públicas, passa a ser alvo de mudanças significativas, atreladas a uma lógica de mercado que introduz o empreendedorismo e a eficácia como padrões desejáveis para o seu funcionamento. Contemporaneamente, os impactos das transformações societárias podem ser vistos em todos os campos da sociedade, e a dinâmica do ensino superior, vem sofrendo mudanças drásticas no seu modelo, em especial a partir das décadas de 1980 e 1990 (REIDEL, 2010, p. 64).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), regulamentada em 1996, abriu caminhos para uma série de alterações na política de ensino superior, com destaque para o ensino a distância (EaD). Até esse

período, os cursos a distância eram utilizados para a oferta de cursos profissionalizantes e de complementação de estudos. O estímulo maior à política de ensino superior via EaD ocorreu a partir de 2003, com a contrarreforma universitária ocorrida no governo Lula, quando foram muitos os decretos, medidas provisórias e leis implementadas. O resultado dessa contrarreforma foi a proliferação de matrículas no ensino superior privado, em especial no EaD. A partir de 2006, a modalidade a distância começou a ser implementada nos cursos de Serviço Social e, desde então, muitos debates surgiram pela iniciativa dos profissionais e dos órgãos representativos da profissão, diante das fragilidades e desqualificações já percebidas pela categoria dos assistentes sociais nesse modelo de ensino.

Lewgoy e Maciel (2008) sinalizam a contradição que envolve o projeto da reforma universitária, pois a legislação diz que a proposta da reforma é de fortalecimento da universidade pública, seguida pelo aumento significativo do número de instituições de ensino superior (IES) privadas. Essa mudança tem implicações no fortalecimento do setor privado. As autoras relacionam esse fato ao projeto de orientação neoliberal, preconizado pelos organismos internacionais e à “corrida” desenvolvimentista dos países que precisam alavancar a inserção dos cidadãos na educação superior.

No que se refere aos cursos de graduação a distância em Serviço Social, eles foram autorizados a funcionar a partir de 2004 e começaram o funcionamento efetivo a partir de 2006, segundo informações do Cadastro Nacional das Instituições de Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais/Ministério da Educação (INEP/MEC). Desde então, iniciou a expansão dessa modalidade em nível nacional, o que culminou com milhares de alunos matriculados nos cursos ofertados.

Uma série de fatos históricos permite apreender esse processo, a começar pela Declaração de Bologna, em 1999, seguida, no mesmo ano, do Documento do Banco Mundial sobre as Estratégias do Banco para a Educação na América Latina e Caribe, em que a educação é considerada instrumento preparatório para o mercado de trabalho e de dominação ideológica associada à visão do mundo empresarial. Em outras palavras: passa a ser vista como um serviço ou mercadoria e, conseqüentemente, passível de ser comercializada.

Considera-se importante destacar alguns elementos históricos para orientar a reflexão sobre as mudanças e desafios postos aos assistentes sociais na última década quanto à formação profissional. Assim, destaca-se, nos anos 2000, uma comunicação dos Estados Unidos, na reunião da Organização Mundial do Comércio, que marca o início da inclusão da educação superior no rol de serviços dessa organização.

Em 2002 foram estabelecidas as Diretrizes Curriculares da área de Serviço Social pelo MEC (Resolução 15/2002). Nessa conjuntura, é indispensável historiar que a disputa pelo projeto de formação profissional foi intensa entre a ABESS

<sup>1</sup> (hoje ABEPSS<sup>2</sup>), que liderava a articulação e a construção coletiva da proposta das diretrizes no MEC. Esse Ministério, porém, suprimiu partes fundamentais do texto encaminhado pela comissão de especialistas, pois esvaziou as funções dessa comissão e padronizou as diretrizes, impondo um projeto formativo distinto do previsto pela categoria. Portanto, descaracterizou a proposta de formação crítica e direção social da formação, e, para contemplar as tendências que manifestavam os interesses do Estado em relação ao ensino superior, a proposta construída coletivamente pela categoria profissional foi alterada significativamente.

Cabe lembrar que as Diretrizes Curriculares legalmente vigentes não exprimem integralmente o projeto de formação profissional da ABEPSS. A proposta das Diretrizes Curriculares, encaminhada ao então Ministério da Educação e do Desporto, foi fruto de uma construção coletiva das unidades de ensino, com ampla representatividade, sob a liderança da [...] ABEPSS. Esta proposta, referendada pela então Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social, assessora da Secretaria de Ensino Superior – SESu – do MEC para assuntos relativos ao Serviço Social, foi encaminhada ao Conselho Nacional de Educação, onde sofreu uma forte descaracterização (IAMAMOTO, 2011, p. 444-445).

Destacam-se, aqui, alguns elementos centrais dessa proposta de formação: institui como eixo central a *questão social*, entendida como objeto de trabalho do Serviço Social e a relação entre processo de trabalho e Serviço Social; através dele, destacava-se o necessário rigor teórico-metodológico no trato da realidade social, a apreensão da totalidade (universalidade, particularidade e singularidade), indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a ética e a pesquisa eram propostas de forma transversalizada, ou seja, ultrapassando a compreensão de ser apenas conteúdo disciplinar, mas se materializando em todo o processo formativo, o pluralismo e a direção social do projeto profissional vinculados à classe trabalhadora, na luta por uma nova ordem societária que pressupõe a superação do capitalismo.

No período de 2000 a 2010 é possível observar influências da própria política de educação superior vigente no país, absolutamente alinhada às políticas internacionais. De outro lado, ocorreu o crescimento acelerado de cursos, especialmente privados, que alterou a geografia da formação, impondo movimentos da categoria profissional para a garantia da qualidade do seu projeto de formação. A síntese desses elementos permite afirmar que a conformação atual da formação em Serviço Social complexificou-se enormemente, o que reforça a importância de tomá-la como objeto de estudo, e também a militância da categoria profissional.

Assim, manter o espírito de luta impõe densidade para refletir sobre as balizas de sustentação da política de educação superior e seus rebatimentos na formação em Serviço Social, considerando as tendências postas no bojo da reforma universitária e a precarização das condições e relações de trabalho sob a égide da ofensiva neoliberal.

## **A política de estágio como estratégia de resistência contra a precarização no processo de formação**

Frente ao desafio de garantir a formação de qualidade, em tempos em que se acompanha o aligeiramento da formação sob a lógica mercadológica e gerencial com que as unidades de formação vêm se caracterizando, com tendência dicotômica entre o fazer e o pensar, emerge – como fruto de articulação e resistência coletiva na luta por uma formação que contribua para consolidar o projeto ético-político da profissão – a Política Nacional de Estágio (PNE) em Serviço Social.

Cabe destacar que anterior à criação da Política Nacional de Estágio em Serviço Social tem-se, como importante balizador legal sobre o estágio, a Lei Federal 11.788, do dia 25 de setembro de 2008, conhecida como Lei do Estágio. Essa lei foi instituída para regulamentar o estágio nas instituições de educação, nos níveis superior, profissional, médio, especial e dos anos finais do ensino fundamental e também na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (BRASIL, 2008).

Essa legislação representa um avanço porque, em seu conteúdo, reconhece o estágio como possibilidade educativo-profissionalizante, supervisionado e desenvolvido como parte do projeto pedagógico e do itinerário formativo do estudante, delineando a responsabilidade partilhada entre estagiário, instituição de ensino e campo de estágio com base em um plano de atividades que materializa a extensão no campo de estágio do projeto pedagógico desenvolvido nas disciplinas do currículo escolar. A referida legislação contribui, efetivamente, para garantir que esse importante processo não limite o estágio ao processo utilitarista do estagiário como mão de obra barata nas instituições.

Considerando esse contexto, foi construída a atual Política Nacional de Estágio em Serviço Social, aprovada em 2009, que representa o resultado de uma maturação nesse campo ao consolidar, no âmbito da formação profissional, as diretrizes gerais para o estágio, em conformidade com as diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996. Oriunda de articulação coletiva, a referida política evidencia, em seu conteúdo, um projeto de formação como componente de materialização e enraizamento do projeto

ético-político. A discussão sobre essa política iniciou com o lançamento, em maio de 2009, do documento-base que subsidiou o amplo debate coletivo, ocorrido em todo o país em eventos realizados naquele ano, quando se discutiu o referido documento e foram encaminhadas propostas para a versão final da PNE.

A construção da PNE é entendida como elemento de mobilização efetiva e democrática em todo o Brasil. Considerando sua aprovação em 2009, ela é resultante da articulação intensa entre a ABEPSS, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), pois foram realizados, ao longo de 2009, “80 eventos, que envolveram 175 Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) e 4.445 participantes, entre docentes, discentes e convidados/as” (ABEPSS, 2010, p. 2). É nesse processo coletivo de debates que se evidencia o caráter mobilizador e estratégico da PNE em defesa do projeto de formação profissional como instrumento de luta contra a precarização do ensino superior.

### **O estágio no Curso de Serviço Social da UFRGS**

O Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS<sup>3</sup>) entende o estágio

[...] como um dos componentes curriculares na formação dos futuros assistentes sociais e se constitui por atividades prático-aplicativas do aluno através de sua inserção no espaço sócio institucional sob supervisão direta de profissionais Assistentes Sociais, realizada diretamente nos diferentes espaços de inserção e pelos professores do curso (UFRGS, 2009, p. 20).

Na perspectiva de contemplar as diretrizes nacionais do estágio em Serviço Social e garantir as prerrogativas da Lei de Regulamentação da Profissão (1993), das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), do Código de Ética do Assistente Social (1993) e do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFRGS, esse curso construiu, coletivamente, com seu corpo de professores, uma política de estágio específica para essa unidade que baliza as ações referentes ao estágio contemplando

[...] os princípios norteadores da realização do estágio supervisionado; o estágio supervisionado curricular obrigatório e não obrigatório; o processo de supervisão de estágio em Serviço Social; a organização pedagógica e estratégias de operacionalização e as atribuições dos sujeitos e instâncias envolvidas no estágio supervisionado (UFRGS, 2011, p. 2).

A partir da referida política se instituiu a Comissão de Estágio do Curso de Serviço Social/UFRGS que é “uma comissão auxiliar da Comissão de Graduação do Curso de Serviço Social (COMGRASSO), sendo responsável pela gestão, planejamento, execução, monitoramento e avaliação dos estágios do curso” (UFRGS, 2011, p. 20). A Comissão de Estágio<sup>4</sup> atualmente é constituída por três professoras, também supervisoras acadêmicas, uma assistente social e uma técnica de assuntos educacionais.

Destaca-se como uma das ações inovadoras e de extrema relevância para o processo de formação, o desenvolvimento do “Curso de Atualização de Supervisores de Estágio em Serviço Social<sup>5</sup>” que visa à formação, atualização, acompanhamento e avaliação permanente de supervisores. Esse curso possibilita aos profissionais, supervisores de campo que receberão estagiários, conhecerem, inicialmente, a proposta pedagógica do Curso de Serviço Social da UFRGS, o perfil dos alunos, e ser um espaço de troca e educação permanente no que se refere às temáticas: projeto ético-político, supervisão de estágio, trabalho do assistente social e projeto profissional. Embora a previsão fosse anual, o curso tem ocorrido semestralmente desde 2011.

### No que se refere à realização do estágio supervisionado curricular-obrigatório

[...] destaca-se que somente tendo cumprido 80 créditos referente às disciplinas obrigatórias do curso é que o estudante poderá iniciar a atividade de estágio. A carga horária do estágio curricular obrigatório é de 480 horas, distribuídas em estágios I, II e III a serem realizados em semestres subsequentes a partir da 5ª etapa do curso. A carga horária das atividades de campo deve ser de no máximo 30 horas semanais (conforme Lei 11.788/2008), e não menor que oito horas semanais. Ressalta-se, ainda, que para garantir a processualidade e a qualidade do aprendizado, os três estágios devem ser realizados preferencialmente no mesmo campo de estágio (UFRGS, 2011, p. 10).

A Política de Estágio também detalha a processualidade do estágio curricular obrigatório e, após a realização do Curso de Supervisores, da visita institucional e da abertura de campo, encaminha-se o credenciamento dos campos de estágio à UFRGS, e dos supervisores acadêmicos e de campo ao Conselho Regional de Serviço Social.

Na sequência, inicia-se a execução da supervisão acadêmica, que ocorre em encontros semanais, presenciais e com um número máximo de dez estagiários por grupo supervisionado, por nível de estágio (I, II e III), envolvendo, nos grupos, diferentes campos e políticas vivenciados pelos estagiários. Há, também, supervisões que ocorrem simultaneamente ao encontro grupal, de modo individual.

No decorrer desse processo são realizados encontros denominados *tríades*, envolvendo supervisor acadêmico, supervisor de campo e estagiário, cujo objetivo é viabilizar a construção de estratégias conjuntas a fim de qualificar o processo de formação dos estagiários. Essas *tríades* ocorrem no campo de estágio, através da visita do supervisor acadêmico ao campo de estágio, e também na universidade, em todos os níveis de estágio mediante a ida do supervisor de campo à unidade de ensino.

Cabe destacar que a concepção do estágio obrigatório caracteriza-se pela atividade teórico-prática, na capacitação dos estagiários nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para o exercício profissional (ABEPSS, 2010). Nessa perspectiva, um dos desafios é a não sobreposição da dimensão técnico-operativa em detrimento da ético-política e da teórico-metodológica, visando a fortalecer a indissociabilidade entre essas dimensões e ultrapassar o estigma e o “mantra” equivocado de que o estágio se reduz ao fazer/tecnicismo profissional.

Mensalmente realiza-se uma reunião pedagógica envolvendo a Comissão de Estágio e o grupo de professores em processo de supervisão acadêmica no semestre em andamento, no intuito de garantir um espaço de trocas e reflexões sobre o estágio, na perspectiva de aprimorar a supervisão. Bimestralmente, ocorrem os fóruns de supervisores, envolvendo todos os supervisores acadêmicos e de campo, em um encontro de trocas, estudos, reflexões e planejamento de ações e intervenções que venham a contribuir para o processo de qualificação da formação dos estagiários, e também legitimar-se como espaço de estudo e educação permanente para os supervisores.

Ao final de cada semestre realiza-se um encontro por grupo de estagiários, com seu supervisor acadêmico e seus respectivos supervisores de campo, em que os discentes apresentam o produto do semestre e faz-se uma avaliação coletiva do processo vivenciado no período acompanhado. Além disso, fecha-se a avaliação com posterior *tríade*, específica de avaliação, envolvendo individualmente o estudante e seu supervisor acadêmico e de campo.

De forma muito objetiva e sintetizada, os itens acima apresentados sistematizam a organização e a operacionalização do procedimento de supervisão, das quais se depreende que a articulação, o contato e a troca permanente, garantidos desde o Curso de Supervisores são mantidos nas *tríades* realizadas nos campos de estágio e na universidade. Isso também ocorre no espaço de articulação coletiva entre os supervisores de campo e acadêmico, que regularmente refletem e avaliam se o processo e os

procedimentos adotados na supervisão contribuem para que a experiência do estágio, de fato, garanta a formação qualificada.

### **A experiência de estágio no Fórum de Guaíba/RS: o processo de construção da *tríade***

O período do estágio obrigatório configura um momento privilegiado na formação profissional, pois propicia aos estudantes o contato com situações reais de trabalho da profissão. Nesse contexto, supervisor acadêmico e supervisor de campo devem contribuir de maneira decisiva para o processo de ensino-aprendizagem do aluno, formando, juntamente com este, a já mencionada *tríade* (LEWGOY; FORESTI; MARQUES, 2003).

A proposta de intervenção no Fórum de Guaíba/RS foi construída mediante a efetivação cotidiana do processo de supervisão de estágio. Em tempos de mercantilização da educação, buscou-se garantir a qualidade da formação profissional, tendo como horizonte a efetivação do projeto ético-político da profissão que se vincula a um projeto de transformação da sociedade. Conforme ensina Lewgoy (2009),

[...] a supervisão, atrelada à formação numa dimensão de qualificação humana, diz respeito ao desenvolvimento das condições físicas, teóricas, afetivas, estéticas, políticas e éticas dos alunos, capaz de alargar a capacidade de trabalho na produção de valores de uso em geral como condição de satisfação das múltiplas necessidades do ser humano no seu processo histórico. Entretanto, submetendo essa dimensão de qualificação do ensino e da pesquisa aos modos de gestão das universidades, não mais se reconhece a educação como direito de cidadania, mas como um mercado, no qual se transacionam a mercadoria conhecimento e a mercadoria ensino (p. 30-31).

No cotidiano da formação profissional e nas trocas proporcionadas pelo diálogo permanente estabelecido entre a *tríade*, construiu-se a proposta de intervenção no campo da execução da *prestação de serviços à comunidade*.<sup>6</sup> Trata-se de uma pena/medida alternativa que visa a evitar o encarceramento, mantendo os sujeitos no meio social, laboral, educacional e comunitário, e buscando prevenir a prática de novos atos delitivos.

Em síntese, a prestação de serviços à comunidade consiste na realização de tarefas gratuitas em instituições sem fins lucrativos, públicas ou filantrópicas, conveniadas ao Poder Judiciário, na proporção de uma hora de trabalho por dia de condenação, desde que atendam às condições estabelecidas na legislação. Embora haja pouca produção teórica do Serviço Social sobre o assunto, a execução das penas e medidas alternativas aplicadas a pessoas adultas configura uma área de trabalho significativa dos assistentes sociais, com atuação majoritária no Poder Judiciário.

É importante salientar que os processos de trabalho desenvolvidos pelos assistentes sociais no Poder Judiciário do Rio Grande do Sul são heterogêneos, baseados nas peculiaridades de cada Comarca.<sup>7</sup> Em algumas localidades a execução da prestação de serviços à comunidade é realizada sem a participação do assistente social;<sup>8</sup> em outras, constitui uma das principais áreas de atuação da profissão. Há, ainda, comarcas em que se discute a municipalização das penas e medidas alternativas.<sup>9</sup>

Na Comarca de Guaíba, o Serviço Social vem assumindo posição de protagonismo na execução da prestação de serviços à comunidade desde o ano de 2005. É neste contexto que foi proposto o projeto de intervenção, em âmbito do estágio obrigatório, objetivando aperfeiçoar o trabalho desenvolvido nesse campo.

O processo de supervisão promoveu a reflexão a respeito das dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-instrumental na atividade concreta do estágio. Objetivou-se desvendar as demandas institucionais e, principalmente, da população usuária, propondo-se uma intervenção que

contribuísse para a concretização do projeto profissional. Nessa perspectiva, buscou-se a *garantia dos direitos dos usuários* (os prestadores de serviços) e o *fortalecimento da participação da sociedade* no desenvolvimento da prestação de serviços à comunidade. Conforme ensinam Assis e Rosado (2012), no período de estágio é imprescindível que se potencialize o processo de análise crítica da realidade, no intuito de que o estudante visualize as reais necessidades e possibilidades de intervenção profissional.

A atuação do Serviço Social da Comarca de Guaíba, na execução da prestação de serviços à comunidade, está organizada em dois eixos: a *abordagem institucional* e a *abordagem individual*. A primeira, eixo estruturante da intervenção, é desenvolvida junto às entidades conveniadas ao Poder Judiciário para o recebimento das pessoas que precisam cumprir a pena/medida alternativa, os chamados *prestadores de serviços*. Já a abordagem individual é desenvolvida junto a esses sujeitos.

A *abordagem institucional* é realizada mediante avaliação, conveniamento, qualificação e acompanhamento das entidades conveniadas. Os instrumentos de trabalho são reuniões periódicas, capacitações, visitas institucionais e contatos com responsáveis pelo acompanhamento da prestação de serviços à comunidade.

Na *abordagem individual*, o principal instrumento utilizado é a *entrevista*, a qual possibilita o conhecimento das condições sociais dos prestadores, suas habilidades, aptidões e disponibilidade para o cumprimento da pena/medida alternativa. São realizadas orientações e uma espécie de “tradução” da linguagem própria do mundo jurídico<sup>10</sup> e da dinâmica institucional, e os encaminhamentos necessários à garantia dos direitos dos prestadores. A *abordagem individual* também possibilita a reflexão sobre o delito praticado e suas consequências. Nessa oportunidade, o prestador pode expressar suas dúvidas e receios em relação ao processo e ao cumprimento da pena/medida.

A adoção da *abordagem institucional* como eixo estruturante da intervenção resulta do entendimento de que as entidades conveniadas constituem o *locus* privilegiado da execução da prestação de serviços à comunidade (STUMPF, 2002; JUNQUEIRA, 2010). É nesses espaços que se concretizam as possibilidades educativas e de inserção social da pena/medida alternativa, sendo as experiências educativas vivenciadas nas entidades identificadas pelos próprios prestadores como os aspectos de maior impacto da prestação de serviços à comunidade em suas vidas (JUNQUEIRA, 2010).

O projeto de intervenção denominado “Prestação de Serviços à Comunidade: construindo alternativas com as instituições conveniadas” foi proposto diante da identificação, mediante realização da análise socioinstitucional, de que muitos prestadores já deveriam ter concluído a pena/medida alternativa, sendo observadas dificuldades por parte das entidades conveniadas no desempenho de suas funções (CUNHA, 2012). Ressalta-se que também foram identificados significativos problemas por parte do próprio Poder Judiciário, notadamente no que diz respeito ao seu papel de monitoramento e fiscalização da execução da alternativa penal. Contudo, tais dificuldades, associadas às repercussões do processo de mundialização do capital na instituição (FARIA, 2001), mostraram-se aquém das possibilidades concretas de um projeto de estágio.<sup>11</sup>

A experiência do Serviço Social da Comarca de Guaíba, na execução da prestação de serviços à comunidade, tem demonstrado que as dificuldades enfrentadas pelos prestadores (de ordem social, econômica, cultural e subjetiva), associadas às fragilidades apresentadas pelas instituições que os acolhem, prejudicam e até mesmo inviabilizam o andamento da alternativa penal. Ressalta-se que o olhar do Serviço Social sobre esse tema extrapola o mero cumprimento da pena/medida, o que caracterizaria uma visão de cunho fiscalizador e dificultaria o alcance da sua finalidade.

Em consonância com o projeto profissional, busca-se a materialização dos valores e princípios que norteiam a profissão, notadamente no que se refere ao valor fundamental da *liberdade* e das demandas que lhe são inerentes (emancipação e autonomia). Destacam-se, também, como pressupostos norteadores do trabalho nessa área, a *democratização das relações de poder*, a *equidade*, o *pluralismo* e a *defesa dos direitos humanos* (BARROCO, 2005).



No contexto descrito, o projeto de intervenção do estágio buscou contribuir para o fortalecimento da *abordagem institucional*, tendo como objetivo geral *fortalecer a atuação das entidades conveniadas junto aos prestadores de serviços*. Esse objetivo geral foi desmembrado em objetivos específicos que foram alcançados ao finalizar os três níveis de estágio obrigatório:

- Propiciar um espaço de reflexão sobre a prestação de serviços à comunidade, proporcionando ações de caráter educativo que evidenciem a importância da permanência dos prestadores em liberdade, ou seja, no seu contexto social, laboral, comunitário e familiar;
- Refletir com as entidades conveniadas a respeito da dupla dimensão da prestação de serviços à comunidade para os prestadores – direitos e deveres;
- Fortalecer as entidades quanto à compreensão da prestação de serviços à comunidade, provocando ações que visem a ultrapassar a dimensão punitiva da alternativa penal, estimulando ações que previnam a prática de infrações penais.

O projeto de intervenção foi concebido à luz do referencial teórico-metodológico da teoria social crítica fundamentada no materialismo histórico dialético. Tal referencial possibilitou a leitura da realidade do campo de estágio em sua totalidade e historicidade, mediante sucessivas aproximações.

Objetivando possibilitar uma reflexão aprofundada sobre as questões do cotidiano da execução da prestação de serviços à comunidade optou-se pela realização de encontros sistemáticos com as entidades conveniadas, configurando um processo de *educação permanente*. Conforme Fernandes (2007), trata-se de uma estratégia que pressupõe a aprendizagem no próprio local de trabalho, promovendo “a troca de saberes, o trabalho coletivo, o respeito pelas diferenças e a efetivação de mudanças” (p. 208). A centralidade das discussões girou em torno dos *prestadores de serviços*, buscando-se trazer à cena esses sujeitos que, via de regra, não possuem vez e voz, tornando-se praticamente invisíveis nessa área.

Embora, atualmente, não se possa mensurar quantitativamente os resultados da intervenção realizada, observa-se, qualitativamente, no cotidiano de trabalho, que as instituições conveniadas ampliaram seus conhecimentos em torno da pena/medida alternativa, o que, conseqüentemente, alargou o acesso aos direitos pelos prestadores de serviços. Além disso, menciona-se a melhoria da relação entre as instituições e o Serviço Social da Comarca, qualificando, em grande medida, a comunicação entre ambos, entre as entidades, das entidades com os prestadores, e, conseqüentemente, os serviços prestados.

### **Vivenciando a pesquisa no processo de estágio obrigatório**

Em consonância com o movimento de busca pela efetivação do direito a uma educação de qualidade, no contexto de uma universidade pública alinhada às diretrizes da educação superior e pela articulação ético-política das supervisoras acadêmica e de campo, é imperioso registrar o processo de estágio obrigatório vivenciado. Nessa linha, a qualificação do processo de estágio somente foi possível diante da dimensão comprometida com a qualidade da formação profissional em Serviço Social, incluindo a atitude investigativa e *interventiva* enquanto competência profissional.

A dimensão investigativa se insere no processo de formação profissional do assistente social como exigência para a superação do pragmatismo, característica marcante na história da profissão. Entende-se que o processo de conhecimento da realidade deve estar atrelado à dimensão interventiva, expressando a relação de unidade entre a teoria e a prática (SANTOS, 2010).<sup>12</sup>

Ao tratar sobre as novas demandas postas aos assistentes sociais, Iamamoto (2011) afirma a necessidade de profissionais cultos, críticos e capazes de formular, recriar e avaliar propostas que

apontem para a progressiva democratização das relações sociais. Para tanto, exige-se, além do compromisso com o projeto da profissão, a capacidade de *pesquisar a realidade*, possibilitando que sejam decifradas as “situações particulares com que se defronta o assistente social no seu trabalho, de modo a conectá-las aos processos sociais macroscópicos que as geram e as modificam” (IAMAMOTO, 2011, p. 208).

Objetivando estimular o pensamento reflexivo e o espírito científico buscou-se materializar, desde o início do estágio, a dimensão investigativa da prática profissional mediante o exercício de sistematização dos dados coletados junto aos prestadores de serviços na *abordagem individual*, notadamente na realização de entrevistas. O trabalho cotidiano possibilitou dispor de um “acervo privilegiado de dados e informações sobre as várias formas de manifestação das desigualdades e da exclusão social em sua vivência pelos sujeitos” (GUERRA, 2009, p. 712), contribuindo para a elaboração do projeto de intervenção do estágio e para a ação do Serviço Social na instituição.

O exercício de investigação realizado durante o estágio objetivou dar *visibilidade aos prestadores de serviços* atendidos pelo Serviço Social Judiciário da Comarca de Guaíba entre os anos de 2006 a 2011. Avaliou-se que o conhecimento da realidade dos prestadores possibilitaria o debate com as entidades conveniadas, na perspectiva de construir, conjuntamente, propostas para a melhoria da execução da pena/medida na Comarca e, principalmente, a garantia dos direitos sociais desses sujeitos.

Utilizou-se a análise documental como meio para obter as informações desejadas. Os documentos analisados foram os questionários<sup>13</sup> utilizados durante a entrevista feita pelo Serviço Social na *abordagem individual*, a partir dos quais se conhecem as características e habilidades dos prestadores, objetivando encaminhá-los às entidades conveniadas para o cumprimento da prestação de serviços à comunidade. Foram analisados 200 questionários, todos referentes aos processos criminais encerrados no período investigado.

Em síntese, os dados coletados no exercício investigativo<sup>14</sup> indicaram as características dos prestadores que, em geral, são homens, jovens, moradores de áreas populares da cidade, com pouca escolaridade e inseridos de modo precário no mercado de trabalho (JUNQUEIRA; CUNHA, 2012). O uso de drogas, especialmente de bebidas alcoólicas, foi apontado em vários casos, indicando que a questão do uso e abuso de substâncias psicoativas repercutiu no trabalho desenvolvido na execução das alternativas penais.

Em relação aos delitos cometidos, o mais comum foi o furto, seguido pelo crime de porte ilegal de arma de fogo e receptação (JUNQUEIRA; CUNHA, 2012). Salienta-se que muitos sujeitos condenados por porte de arma de fogo justificaram tal prática diante da violência vivida nas comunidades em que residiam.

Os resultados da investigação levaram à reflexão sobre a necessidade de se considerar os processos sociais contraditórios e a dimensão da totalidade na análise da realidade do estágio. Evidenciaram-se as expressões da *questão social* no cotidiano de trabalho, notadamente as desigualdades que marcam as condições de vida da maioria dos prestadores. Além disso, tais resultados levaram à reflexão sobre a *seletividade do sistema criminal brasileiro* que, em geral, pune com maior intensidade as pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social, deixando de penalizar crimes mais graves e que representam maiores prejuízos para a sociedade, por exemplo, os denominados crimes de colarinho branco (JUNQUEIRA; CUNHA, 2012).

A investigação realizada, em síntese, fomentou a reflexão sobre a realidade das penas e medidas alternativas de maneira ampliada, conectando a realidade do estágio aos processos macroscópicos, revelando a importância da categoria *totalidade* na apreensão da dinâmica da vida social. Nesse processo, a investigação e o projeto de intervenção foram executados em sintonia com o projeto profissional, mediante a efetivação de ações que contemplaram a democracia, a emancipação e a ampliação do acesso aos direitos dos prestadores de serviços. Tais movimentos foram possíveis,

sobretudo através de um processo de estágio voltado ao exercício e à qualificação da prática investigativa e interventiva, sendo a constituição e vivência intensa da *tríade* o diferencial desse processo, compreendido mediante a cumplicidade que se estabeleceu no processo de ensino-aprendizagem e o compromisso partilhado com a direção ética e política implicada nesse processo.

## Considerações finais

A experiência de estágio obrigatório relatada neste artigo possibilitou um rico processo de trocas e aprendizagem a todas as pessoas envolvidas – estagiária, supervisoras e usuários. Buscou-se, no cotidiano profissional, efetivar os princípios éticos e políticos do Serviço Social, tendo-se como norte a luta pela afirmação dos direitos dos prestadores de serviços.

A efetivação da *tríade* no processo de supervisão e a adoção de uma postura investigativa foram decisivas para o enriquecimento do processo de formação profissional. Em um contexto em que a educação vem sendo transformada em objeto mercantil, tal experiência representa um esforço de resistência, mediante a busca pela efetivação do projeto pedagógico que a profissão vem construindo para a formação de seus quadros.

A experiência relatada reforça a convicção de que, mesmo em tempos de mercantilização e precarização do ensino superior, buscar e lutar por uma educação de qualidade, laica, pública e presencial é possível. A vivência apresentada neste texto sistematiza as ricas e múltiplas possibilidades que o estágio propicia aos profissionais, supervisor acadêmico e de campo, ao se encontrarem no solo da universidade e também no espaço ocupacional onde se realiza o estágio.

É para além do deslocamento físico de ambos, é a demonstração simbólica de uma ponte que se cria, em um profundo e contínuo movimento de ir e vir, em que o estagiário transita ao mesmo tempo em que liga, interliga, provoca, desafia, contribui e aprende. Não há um lugar da teoria e outro da prática; há uma aprendizagem teórica e prática em ambos os pontos que se reforçam em diferentes momentos e etapas, otimizando, inclusive, o processo investigativo no campo de estágio, ainda considerado tão equivocadamente distante e impossível da realidade cotidiana no trabalho dos assistentes sociais.

A produção deste texto é o coroamento desse processo vivido intensamente pela *tríade* e o fechamento, através da produção de conhecimento, envolvendo estagiária, supervisora acadêmica e supervisora de campo.

Ao concluir este relato, reforça-se a necessidade de resistência e luta, pois são muitos os desafios que perpassam o cotidiano profissional no tempo presente. Trata-se de um tempo marcado pelo processo de mundialização do capital, repercutindo de maneira significativa na órbita das políticas públicas e dos direitos sociais. Nesse cenário adverso, urge que os assistentes sociais possam refletir sobre as possibilidades de construção de estratégias de resistências e lutas, na formação e no trabalho profissional, tendo como norte o projeto ético-político profissional.

## Referências

- ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Política Nacional de Estágio da ABEPSS. 2010. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss\\_maio2010\\_corrigeida.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigeida.pdf). Acesso em: 03 out. 2014.
- ASSIS, Rivânia Lúcia Moura de; ROSADO, Iana Vasconcelos Moreira. A unidade teoria-prática e o papel da supervisão de estágio nessa construção. *Katálysis*, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 203-211. jul./dez. 2012.
- BARRETO, Fabiana Costa Oliveira. *Dez anos da Política Nacional de Penas e Medidas Alternativas*. Brasília: Ministério da Justiça, 2010.
- BARROCO, Maria Lúcia Silva. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. São Paulo: Cortez, 2005.

BRASIL. Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008 (Lei do Estágio). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/11788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11788.htm). Acesso em: 03 out. 2014.

CUNHA, Fernanda Lanzarini da. *Projeto de intervenção "Prestação de Serviços à Comunidade: construindo alternativas com as instituições conveniadas"*. Estágio II em Serviço Social. Curso de Serviço Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

DAHMER, Larissa. Mercantilização do ensino superior de educação a distância e Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, Brasília, ABEPSS, ano 8, n. 15, 2008.

FARIA, José Eduardo. O Poder Judiciário nos universos jurídico e social: esboço para uma discussão de política judicial comparada. *Serviço Social & Sociedade*, n. 67, p 7-17, 2001. (Temas Sociojurídicos)

FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. Educação permanente: um desafio para o Serviço Social. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, PUC/RS, v. 6, 2007.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

JUNQUEIRA, Maiz Ramos. *Prestação de serviços à comunidade: impacto e (in)visibilidade no cumprimento da pena/medida alternativa*. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

\_\_\_\_\_; CUNHA, Fernanda Lanzarini da. Prestadores de serviços na Comarca de Guaíba/RS: dimensão investigativa do estágio curricular de Serviço Social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, ENPESS, 13. Serviço social, acumulação capitalista e lutas sociais: o desenvolvimento em questão. Juiz de Fora/MG, nov. 2012.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. *Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional*. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_; FORESTI, Andréa Jaeger; MARQUES, Myriam Fonte. Experiência e conhecimento: o trabalho da tríade no estágio supervisionado em Serviço Social. SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO DE SERVIÇO SOCIAL, ABEPSS. *Anais...*, 2003. p. 314-321.

\_\_\_\_\_; MACIEL, Ana Lúcia Suárez. Reflexões acerca do ensino a distância na formação em serviço Social. In: Estado e Educação Superior – Questões e Impactos no Serviço Social. *Temporalis*, Brasília, ano 8, n. 15, 2008.

LIMA, Katia. *Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula*. São Paulo: Xamã, 2007.

MACIEL, Ana Lúcia Suárez. *Universidade em crise: uma travessia necessária para a formação em Serviço Social*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2006.

REIDEL, Tatiana. *A indissociabilidade entre o projeto ético-político e a formação profissional: uma materialização em xeque*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2010.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. *Na prática a teoria é outra?: mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no serviço social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

STUMPF, Maria Inez Osório. Penas alternativas: rotina de procedimentos como explicitação do trabalho do Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 72. p. 145-159, 2002.

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Projeto pedagógico do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/psicologia/graduacao/servico-social/curso-1/projeto-pedagogico->. Acesso em: 30 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Política de estágio supervisionado para o Curso de Serviço Social. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/psicologia/graduacao/servicosocial/comgrad/comissao-de-estagios/politica-de-estagios>. Acesso em: 30 set. 2014.

<sup>1</sup> Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social, vigente de 1946 até metade da década de 1990.

<sup>2</sup> Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, nomenclatura que passou a ser utilizada a partir de meados de 1990, visto a inclusão do termo “pesquisa” como elemento indissociável entre ensino, pesquisa e extensão.

<sup>3</sup> Curso vinculado ao Instituto de Psicologia, como parte do projeto de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) proposto pela UFRGS, aprovado em 17 de julho de 2009, pela Decisão 259/2009 do Conselho Universitário desta IES. O curso – noturno – iniciou em março de 2010 e possui ingresso anual de 30 alunos.

<sup>4</sup> Estão previstos encontros mensais desta Comissão; no entanto, desde sua criação os encontros ocorrem quinzenalmente.

<sup>5</sup> O Curso de Supervisores contempla uma carga horária de 32 horas-aula e é coordenado pela professora Alzira Maria Baptista Lewgoy, atual coordenadora da Comissão de Estágios do Curso de Serviço Social da UFRGS.

<sup>6</sup> A prestação de serviços à comunidade é uma pena/medida alternativa prevista na legislação brasileira. Suas origens no direito penal brasileiro remontam à Lei 6.416, de 1977. Inicialmente prevista como condição especial da suspensão condicional da pena de sursis, foi elevada a pena restritiva de direitos com a reforma promovida pela Lei 7.209, de 1984. A

partir da década de 1980, novas reformas na legislação ampliaram as possibilidades de aplicação da prestação de serviços à comunidade, que pode ser aplicada em substituição à prisão, como condição para a transação penal ou para a suspensão condicional do processo.

<sup>7</sup> É possível afirmar que a perícia social é realizada em todas as comarcas, sendo a principal atribuição do Serviço Social no Poder Judiciário gaúcho.

<sup>8</sup> Em algumas comarcas não há cargo de assistente social, sendo a execução da prestação de serviços à comunidade realizada geralmente por funcionários do cartório.

<sup>9</sup> Ressalta-se que, em nível nacional, não há uma definição quanto às atribuições entre os poderes, existindo experiências de execução das penas e medidas alternativas no Poder Judiciário e no Poder Executivo (estadual e municipal). Conforme Barreto (2010), não havendo definição clara quanto aos limites de atuação de cada um desses poderes, devem ser respeitadas as peculiaridades de cada localidade, o que resulta na ausência de um caráter mais uniforme no trabalho desenvolvido na área.

<sup>10</sup> Com tal objetivo o Serviço Social, com participação da estagiária, revisou e reelaborou o “Manual da Prestação de Serviços à Comunidade”, que explica o significado da pena/medida, a dinâmica institucional e os direitos e deveres dos prestadores. A linguagem utilizada é simples e o Manual está organizado na forma de perguntas e respostas.

<sup>11</sup> Faria (2001) discute as repercussões das transformações societárias no Poder Judiciário brasileiro, que resultam em uma “crise de identidade funcional” que atinge diferentes áreas, matérias e setores. Semelhante aos demais órgãos públicos, a instituição tem tido um crescente aumento na sua demanda que, associada ao processo de precarização das condições de trabalho dos seus servidores (e magistrados), resulta em morosidade e inoperância, notadamente na execução das alternativas penais.

<sup>12</sup> Com base no materialismo histórico-dialético, a autora defende a concepção de que a teoria e a prática mantêm uma relação de “unidade na diversidade”, formando uma relação intrínseca, em que o âmbito da primeira configura o campo da “possibilidade” e o da segunda, da “efetividade”.

<sup>13</sup> Tal questionário é tomado como um “roteiro” de perguntas (abertas e fechadas); contudo, a entrevista não se restringe a estas e assim permite uma gama de elementos a serem captados e analisados.

<sup>14</sup> Guerra (2009) afirma que as atividades investigativas assumem “um papel decisivo na conquista de um estatuto acadêmico que possibilita aliar formação com capacitação, condições indispensáveis tanto para uma intervenção profissional qualificada quanto à ampliação do patrimônio intelectual e bibliográfico da profissão” (p. 702). Salienta-se que os resultados da investigação feita no estágio originaram um artigo que foi publicado no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), ocorrido em novembro de 2012 na cidade de Juiz de Fora/MG.